



# BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

Humberto Dantas

MARÇO 2015

## Na busca por entender o parlamento no Brasil

A discussão sobre o papel do Legislativo no Brasil, sobretudo em sua relação com o Poder Executivo, não é nova. Mas tal característica não significa que o tema (parlamento) e o fenômeno (a relação) estejam absolutamente compreendidos. Além disso, o cotidiano parece nos reservar novos capítulos mercedores de análises. O objetivo desse texto é mesclar aspectos históricos, teóricos e culturais para compreendermos tais questões.

O primeiro ponto dessa edição do Brasil em Foco tem como objetivo observar, em termos históricos, se o Poder Legislativo no Brasil é forte ou fraco. Para muitos nos faltaria uma cultura democrática que permitisse compreender, de forma clara, os limites e características da tripartição dos poderes. Assim, diante de uma sensação mais absoluta e personificada de poder, o imperador, e mais adiante o presidente da República, teriam atuações que dificultariam a compreensão da verdadeira noção do parlamento no equilíbrio institucional teórica e legalmente construído – esse seria o peso da cultura em nossa realidade política? Diante dessa sensação, passível de debate, o Legislativo teria um papel de submissão, e em momentos históricos de tensão sofreria com rupturas mais agudas. Tal afirmação está representada nas mais de dez dissoluções sofridas ao longo do Império, nos conflitos iniciais vividos

durante a formação da República, nas atitudes ditatoriais de Getúlio Vargas e nos três recessos impostos pelos militares. O sentimento maior é que sempre o Legislativo pagou mais caro, ou pelo menos arcou com um custo bastante alto em momentos de conflito com o Executivo ou de ruptura institucional abrupta. Nesses casos, a legitimidade, ou a capacidade de o Executivo agir, seria constituída com base em proximidade com as forças armadas, com os cidadãos, com uma cultura de personificação do poder ou com um distanciamento em relação à política por parte da sociedade? Difícil imaginar que apenas um desses pontos explique o fenômeno inicialmente abordado aqui. Difícil imaginar que não existam outros pontos de pressão para que cheguemos às respostas.

Mas para além dessa tentativa de compreender, historicamente, o parlamento como uma instituição frágil em nossa realidade política, é importante atentar para os argumentos que o defendem como um organismo forte. Se o Legislativo fosse realmente tão pouco necessário, por que então ele seria mantido enquanto organização desde a Independência do país? Toda resposta às rupturas institucionais abruptas que tivemos no Brasil – Independência, proclamação da República, fim do governo de Vargas e término do regime militar, por exemplo – representou a

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

construção de um documento, uma Constituição, em que a figura do Legislativo estava presente de maneira central, simbolizando a democracia ou uma nova realidade próspera no sentido de garantir valores institucionais relevantes. Seria possível afirmar que existe um semblante teórico acerca da formatação dos Estados em que esse poder é figura central capaz de colocar uma nação, ou uma dada sociedade, numa posição de maior credibilidade ou legitimidade? O Legislativo, nesse caso, seria um símbolo de compromisso com a democracia e com um equilíbrio de credibilidade em torno de valores? Pode ser, e a resposta dos militares à manutenção da existência de eleições, parlamentos e partidos – mesmo que bastante distorcidos e alijados de seus reais sentidos – talvez nos sirva de exemplo desse semblante de valores necessários.

Mas se o intuito fosse apenas manter viva uma instituição simbólica, por que o parlamento é dotado de tanto poder legal? Não seria o caso de constituir um organismo que viva apenas de aparências? A resposta não é simples, mas os valores associados à compreensão da democracia não se restringem a olhar para uma nação e responder “sim” ou “não” para a pergunta: “o país tem Legislativo?”, e com base na resposta afirmar se tal nação é ou não democrática. Fosse dessa forma uma série de ditaduras sobreviveriam sob o sobretudo “confortável” da democracia. A fortaleza institucional formal do parlamento, tradicional em regimes democráticos, é dada por uma série de ordenamentos e poderes que se fazem necessários para o equilíbrio dos poderes, ou seja, não basta que tenhamos ou não a figura do Legislativo. A forma como os poderes se relacionam, os equilíbrios, os freios e contrapesos, são essenciais. Mas que fique claro que até mesmo a existência de tais garantias podem se transformar em algo aparen-

temente negativo aos olhos da política como ela é. Isso porque carecemos não apenas de aspectos legais, mas também de percepções culturais que garantem de forma mais efetiva o funcionamento de algo sob determinados valores. Isso significa dizer que numa dada sociedade o Poder Legislativo não funcionará “plenamente bem” apenas se as leis garantirem força a tal organismo. A existência da formalidade legal é essencial, mas não basta.

Assim, sem dúvida alguma, perceber se o parlamento no Brasil “funciona de forma adequada” não nos remete a um desafio de simples resolução, atrelado apenas à leitura das garantias constitucionais que asseguram a sua existência. Mas, a despeito de ser forte ou fraco, o que reproduzimos no Brasil? Aparentemente uma instituição forte que oferta seu poder. Ou seja, que até se deixa perceber como frágil, quando na verdade negocia sua alta capacidade em troca de poderes que talvez não combinem exatamente com suas funções. Esse movimento não é simples de ser compreendido e guarda relação com nossa cultura política – para além daquilo que teoricamente nossas leis desejam ou desejavam reproduzir enquanto valores.

Diante dessa reflexão inicial, e deixando aspectos históricos um pouco de lado, o que temos visto ao longo dos últimos anos no Brasil é um debate que busca compreender se os partidos políticos funcionam e como se dão as relações entre Executivo e Legislativo. Cunhou-se e disseminou-se, para tanto, o termo ‘presidencialismo de coalizão’, representado pelo sentimento de que no parlamento o Executivo dá as cartas negociando seus desejos com bancadas de parlamentares ou individualmente com cada um deles – a depender do instante e do número de cadeiras num dado Legislativo nacional, estadual ou municipal. Tal movimento, a

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

despeito de valores morais, viabilizaria a apresentação e execução de uma agenda por parte do Poder Executivo. O parlamento teria assim um papel claro de mera colaboração, restando saber, nesse caso, se pautado em questões de ordem programática ou pragmática.

Nessa segunda hipótese, quais as limites desse pragmatismo? Do ponto de vista legal ele se daria por meio da oferta de recursos públicos aos parlamentares e seus partidos. A característica mais evidente estaria relacionada à distribuição de cargos na máquina pública e à liberação de verbas para a execução de ações em territórios onde deputados, vereadores ou senadores concentrariam votos. Informações privilegiadas, agilidade em processos burocráticos e uma série de outros interesses entrariam na pauta, desembocando até mesmo em atos criminosos simbolizados por fenômeno antigo e presente em uma série de locais, mas batizado recentemente e capaz de estigmatizar partidos e governos – o mensalão, ou mensalinho. O fenômeno caracteriza a capacidade de um partido, ou grupo político, uma vez ocupando o Poder Executivo, subsidiar por meio de recursos ilícitos pagos regularmente a posição de parlamentares em torno de votações e decisões de interesse desse grupo no parlamento. O gesto de apoio não seria o problema, mas nesse caso notamos claramente que a questão deixa de estar associada a aspectos programáticos para se concentrar num pragmatismo que transcende aspectos legais, e inclusive finda se dando de outras tantas formas. Por exemplo: por meio de recursos ilícitos pagos extraordinariamente (não regularmente) às vésperas de instantes estratégicos, ou ainda através de recursos não contabilizados e disponibilizados para a realização de campanhas etc. Esse universo já se mostrou criativo e bastante complexo.

Visto dessa forma, o Legislativo negociaria sem pudores suas posições em relação ao Poder Executivo? Não parece possível radicalizar dessa maneira. É indiscutível que ao longo dos últimos anos, e sob um custo exageradamente alto aos cofres públicos (a afirmação carrega perigoso juízo de valor), os parlamentos ofertam respostas a muitos casos e filtram, inclusive, ímpetos mais agudos do Poder Executivo em determinadas políticas. Mas efetivamente, qual o poder que o parlamento tem para as negociações nas quais se envolve?

É sabido que o Poder Legislativo tem como principal função legislar e fiscalizar. O primeiro ato não está associado apenas à criação de novas leis, e tampouco à capacidade exclusiva de iniciativa nesse campo. O Executivo, e até mesmo a sociedade, por exemplo, podem dar origem a uma temática legislativa. O parlamento, nesses casos, teria a função de aperfeiçoar, amadurecer, debater, aprovar, emendar, vetar etc. E para tanto tem uma série de instrumentos em processos complexos que precisam ser compreendidos pela sociedade. Em último caso, merecem atenção alguns pontos que demonstram a fortaleza desse poder. Por exemplo: o Poder Executivo pode vetar determinados tipos de decisões vindas do Poder Legislativo, mas a este segundo cabe a prerrogativa de derrubar vetos. Nesse caso, de quem seria a última palavra? Do Legislativo. No plano nacional, outro exemplo: emendas constitucionais não dependem de sanção presidencial e, portanto, não podem ser sequer vetadas. Uma alteração na Constituição, assim, pode até nascer no Poder Executivo, mas terá “vida própria” no parlamento. E a depender dos interesses dos congressistas pode tramitar em velocidade surpreendente. Com base no que apresentamos aqui fica nítida a força do Legislativo.

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Mas por que ele não parece capaz de demonstrar de forma mais clara essa fortaleza aos olhos da sociedade? Primeiramente devemos considerar que pesquisas de confiança institucional mostram na história recente desse país, que os parlamentos e os partidos políticos são sempre os organismos dos quais os cidadãos, em geral, mais desconfiam (ou menos confiam). Tal percepção é aferida por diferentes institutos em distintas tomadas de dados. Por que isso ocorre? Vamos partir de uma explicação em tom de percepção, sem desejar que isso seja tomado como verdade absoluta – digamos que se trata mais de uma hipótese a ser confirmada.

Um parlamentar não compreende, ao certo, o que tem como obrigação legal, pois não entende o que é um parlamento em seu sentido mais plural – isso estaria associado à cultura política brasileira e sofreria influência, até mesmo, de nosso sistema eleitoral. O “fazer política” para parcelas expressivas desses personagens da vida pública está associado à micro execução de ações que se assemelham às políticas públicas e aos direitos dos cidadãos em formato de favores e gentilezas. Assim, mais (ou menos) do que um deputado ou um vereador, esses sujeitos se tornariam despachantes de interesses emergenciais e cumpridos ao sabor de favores capazes de criar algum vínculo maior, que certamente guardará relação com fidelidades eleitorais e fenômenos semelhantes. Para além dessa relação com os eleitores, os parlamentares também manteriam associação com políticos de outras esferas pautados em execuções desse tipo. Deputados federais, por exemplo, criariam esse tipo de relação de despacho com prefeitos, lhes representando na busca por recursos extraordinários junto à Presidência da República. O gesto, aparentemente mais legítimo e legal que a relação de clara dependência

com o eleitor singular (e com uma soma dessas singularidades), também é capaz de ser compreendida como subvertedora do efetivo papel do parlamento e do parlamentar. Isso porque, diante da criação desse tipo de relação, “o melhor legislador” seria aquele capaz de fazer o maior número possível de favores. Notemos que “tais gentilezas” estão muito orientadas pelo papel do Poder Executivo. O “fazer” parlamentar é uma micro-execução do trabalho de um prefeito, governador ou presidente. Não existiriam organismos do Executivo capazes de ouvir e realizar tais demandas? Certamente sim, mas são eles a concorrer com o legislador. Gabinetes eficientes, no Poder Legislativo, assim, se tornam grandes escritórios de despacho, que cotidianamente recebem pedidos e buscam desenrolar problemas em forma de micro-soluções. O parlamentar, assim, se torna um atalho na burocracia.

Para tanto, obviamente ele deve estar próximo do Poder Executivo, e para conseguir o que deseja deve ofertar algo em troca. E assim, ao que tudo indica, ser do partido ou da base do Executivo é sempre mais vantajoso, a despeito do papel exercido nas eleições passadas ou do que se fará nos pleitos futuros. Mas se é verdade que apoiar representa converter com maior eficiência os desejos pontuais em realidade, sob o formato de favores, qual a chance de se efetivar o papel fiscalizador de um parlamentar? Ele já trocou, em parte, seu papel legislador pelo micro poder de executar em pequena escala. Assim, fiscalizar é uma tarefa que ficaria a cargo da oposição. Mas qual o tamanho desse agrupamento se individualmente ou partidariamente o cálculo dos parlamentares parece mais associado à obtenção dos micro-espacos executivos? Estamos diante do equilíbrio possível entre Legislativo e Executivo – longe de ser o ideal em termos teóricos, mas o possível. A sobrevivên-

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

cia política de parte expressiva dos parlamentares estaria associada à forma como micro executam, e tal execução está atrelada à relação “dócil” que mantêm com o Executivo, se servindo de seus recursos e lhes ofertando facilidades no parlamento, caracterizada pela aprovação (ou não) de projetos e pela não fiscalização de seus atos. Para que tal sistema funcione dessa maneira o cidadão deve ser mantido distante, ou imerso na percepção de que parlamentares são fazedores de favores ou garantidores de recursos extraordinários que pouco combinam com a função do parlamento. Esse modo de agir tornaria uma casa legislativa algo mais parecido com a soma de desejos individuais e menos semelhante a um órgão plural. Tal afirmação é bastante polêmica e merece investigação, mas um olhar sobre a estrutura de alguns gabinetes reforça o argumento.

Primeiramente devemos nos perguntar: por que um parlamentar tem um escritório próprio (gabinete) e uma equipe própria no interior do Legislativo? E se não tem, por que reclama tanto que gostaria de ter? No caso dessa segunda pergunta a realidade de pequenas cidades justifica a questão. Assim, por que individualizamos tanto a estrutura do parlamentar dentro do próprio parlamento? Qual o perfil de parte expressiva dos assessores? São técnicos que conhecem a realidade legislativa e estão afinados à ideologia dos partidos aos quais os parlamentares pertencem? Ou são resultados de leituras individuais de parlamentares associadas à atuação em campanhas, atendimentos a demandas pontuais, despachantes que conhecem atalhos na máquina pública, lideranças sociais com perfil assistencialista etc.? Os escritórios das lideranças partidárias em grandes casas parlamentares já não dariam conta do papel do legislador no parlamento? Claro que sim, se sua fun-

ção fosse puramente legislativa, e não micro-executiva.

Diante de tais percepções, o que faria uma casa Legislativa mostrar sua força e afrontar ou dificultar o cotidiano de um executor? Respostas a tais perguntas não são simples e tampouco únicas. Existe uma série de possibilidades. Primeiramente a perda de legitimidade de um prefeito, governador ou presidente perante a sociedade, ou a grandes parcelas dela, contribui para uma postura menos colaborativa do Poder Executivo. Grandes escândalos deflagrados pela imprensa, situações socioeconômicas frágeis e uma combinação entre tais aspectos pode fazer do Legislativo um organismo mais ativo. Fica, nesse caso, a dúvida: estaria cumprindo efetivamente seu papel, ou apenas reequilibrando acordos? É com base nesse tipo de questionamento que fechamos esse texto, buscando olhar para a presente relação entre Legislativo e Executivo no Brasil.

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff foi marcado por episódios que simbolizam bem o que buscamos mostrar aqui. Eleita sob a lógica da legitimidade a seu antecessor, a presidente atingiu níveis expressivos de popularidade com base em atitudes iniciais de combate à corrupção, em evento batizado de faxina ética. Até 2013 governou tranquila, sem abalos à sua popularidade. No primeiro ano de governo a satisfação do cidadão com a economia e outros aspectos associados, sobretudo, aos programas sociais, estavam em alta. Nesses casos, é pouco provável que as forças representadas no Legislativo não demonstrem, quase que exclusivamente, o desejo de se alinhar ao Executivo e surfar em sua onda de bonança, tirando proveito por meio da obtenção dos tais recursos paroquiais sobre os quais já falamos – importante afirmar que o cenário pintado aqui, por vezes, encontra resis-

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

tência em estudos da Ciência Política, num debate bastante caro à academia. A despeito de tal tentativa de “lucrar” com a boa avaliação, as relações entre Legislativo e Executivo no governo de Dilma passaram a se desgastar. Ao longo dos quatro anos todos os partidos da base de sustentação diminuíram suas taxas médias de apoio à Presidência em votações nominais – até mesmo o PT. Legendas que tradicionalmente estiveram próximas deixaram a base, e o caso do PSB é o mais emblemático. Quem passou a sustentar algumas votações foi a própria oposição. Nesse caso porque os projetos passaram a contemplar desejos de quem programaticamente não concorda com o governo ou porque pragmaticamente o governo passou a oferecer recursos extraordinários, também, para esses parlamentares? O fato é que as relações se deterioraram, e em meio às eleições mais equilibradas da história do país, o Executivo nacional quase mudou de mãos e sua base no Congresso derreteu.

Um exemplo claro de tal afirmação está associado ao PMDB. O partido do vice-presidente da República deu 100% de apoio, em 2011, ao projeto que estipulava regras para a correção anual do salário mínimo – uma das primeiras votações do novo governo. Era um sinal de fidelidade, um símbolo da inauguração de uma união mais formal, marcada pela presença do partido na chapa que manteve o PT no poder – lembrando que em 2002 e 2006 o PMDB não esteve com os Trabalhadores. No primeiro pleito indicou o vice na chapa de José Serra (PSDB) e no segundo não se posicionou formalmente ao lado de qualquer candidato, liberando o partido para acordos locais impactados pelo segundo pleito seguido sob a lógica da verticalização – um instrumento criado pelo Judiciário em 2002 e descartado por emenda constitucional em 2006, com validade a par-

tir das eleições de 2010. Se compararmos o PMDB de 2011 com o que inicia o segundo mandato de Dilma, em 2015, vamos encontrar um partido que continua ocupando o posto de vice-presidente. Mas e no parlamento? Houve claro afastamento.

Sem acordo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Congresso Nacional, por exemplo, PMDB e PT racharam e lançaram candidatos próprios à Presidência. Venceu, com forte apoio da oposição, o candidato do primeiro. Nesse caso, um agente que ao longo dos últimos anos deu seguidas declarações contrárias ao Executivo e liderou seu partido na Câmara dos Deputados. Isso significa dizer que o Executivo perdeu a chance de controlar a Presidência da casa? Sim. E importante notar que esse cargo tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de orientar a pauta de votações em plenário, podendo contribuir ou dificultar bastante a agenda do Executivo. Isso serve para o plano federal, e também nos estados (na relação entre governadores e Assembleias Legislativas) e nos municípios (na relação entre prefeitos e Câmaras Municipais). Assim, o interesse do Executivo nesse posto, em qualquer esfera de poder, é central e absoluta. O que representaria a chegada de Eduardo Cunha (Câmara dos Deputados) e a manutenção de Renan Calheiros (Senado) na presidência das duas casas legislativas do Brasil?

Para muitos esses dois nomes devem ser vistos de forma separada. O primeiro seria um adversário do Palácio do Planalto, o segundo um aliado - se bem que em movimentos recentes Calheiros tem demonstrado insatisfações típicas de quem cobra mais espaço no poder. Mas ambos são do PMDB, e o partido tem demonstrado desejo de um protagonismo maior no plano federal, bem como se queixa de estar alijado de uma maior participação no núcleo

**BRASIL****EM FOCO**

MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

decisório do governo do qual faz parte. Assim, fica a pergunta: o que o PMDB deseja quando parece se afastar do governo? Três hipóteses ajudam na compreensão, e podem coexistir – inclusive com outras. Antes de apresentar tais tentativas de respostas é importante salientar que desde que chegou à Presidência da Câmara, Eduardo Cunha tem se mostrado um agente capaz de desafiar desejos do Executivo. E nesse caso, voltamos ao ponto central desse texto. Um governo mal avaliado, que teve dificuldades para vencer as eleições, que enfrenta escândalo de corrupção e dificuldades no campo socioeconômico consegue facilmente o apoio do Legislativo? O preço a ser pago, se estamos tratando do viés puramente pragmático, é mais elevado? Na resposta é importante lembrar o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. Para muitos sua queda estaria menos associada à manifestações populares e mais bem ancorada numa crise de relação entre Executivo e Legislativo, que culminou na perda de representatividade. Mas que fique claro: por mais que alguns elementos daquela ocorrência de 1992 estejam mais ou menos presentes hoje, o PT não pode ser comparado ao PRN, e o escândalo que derrubou Collor é infinitamente mais pontual que o problema atual da Petrobras. À ocasião ficou a impressão de que o país institucionalizava um rigor mais claro com absurdos cometidos pelos políticos, hoje o sentimento é que o escândalo envolve políticos de todas as legendas, desacreditando a política de forma mais ampla. O impeachment, hoje, não parece capaz de responder a algo razoável em termos da manutenção da lógica democrática, por mais paradoxal que possa parecer essa afirmação. Falta maturidade? Respostas podem ser buscadas em um próximo texto.

Voltemos assim à Câmara dos Deputados atual. Cunha impôs agenda difícil

ao governo no primeiro mês de mandato como presidente. Desengavetou propostas de reforma política que podem tramitar como emendas constitucionais. Nesse caso, afastaria da presidente aquilo que ela verbalizou como seu maior desejo para os próximos anos: promover alterações profundas em nosso sistema eleitoral. Inclusive, vale ressaltar, que a proposta ressuscitada teve origem em ação protagonizada por um ex-deputado federal do PT que encontra dificuldades para se manter no partido – Cândido Vaccarezza, de São Paulo. Além disso, reeditou a CPI da Petrobrás, e conseguiu aprovar projeto que praticamente obriga o Poder Executivo a cumprir com a liberação de emendas orçamentárias – parte do combustível da relação dos parlamentares com suas bases eleitorais e com o Executivo. Ademais, ameaçou derrubar vetos e aprovar projetos que imporiam gastos extraordinários a um governo que tem consciência da necessidade de um ajuste nas contas públicas. Assim, o que estaria por detrás de todo esse conjunto de ações? Voltemos às três hipóteses.

Na primeira delas, esse Legislativo mais forte seria o resultado de uma cobrança maior. A governabilidade deveria ser recalculada, e distribuídos os favores ele se aquietaria. Cargos e recursos extraordinários deveriam ser repartidos com maior vigor, atendendo às demandas dos parlamentares e partidos. As dificuldades de articulação do Executivo deveriam ser vencidas, e Dilma e seus ministros responsáveis por esse diálogo deveriam ceder de forma mais clara. Mas seria só isso? A segunda hipótese mostra que, principalmente o PMDB, que se diz injustiçado, inclusive, com a tentativa de novos partidos serem criados para desoxigenarem sua força, estaria buscando um protagonismo maior na cena política nacional. O partido, que foi símbolo do processo de oposição ao regime militar

**BRASIL****EM FOCO**

MARÇO 2015

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)AUTOR:

**Humberto Dantas** – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

e redemocratização do país, não lança candidatura própria ao posto mais emblemático de nossa nação desde 1994 – quando o paulista Orestes Quercia sequer conseguiu mais votos que o candidato do nanico PRONA, o finado Enéas Carneiro. Entre 1998, quando apoiou Ciro Gomes, e 2014 quando reelegeu Michel Temer como vice de Dilma Rousseff o partido não ofertou ao Brasil um candidato. As tentativas de promover tal lançamento nos últimos 16 anos naufragavam na heterogeneidade da legenda e na falta de um nome capaz de unir o partido. No final de fevereiro de 2015 essa hipótese de protagonismo ganhou força no programa nacional do partido no rádio e na TV. Seus principais políticos no plano federal fizeram declarações do quanto o PMDB tem se empenhado em torno das políticas públicas que controla no governo federal sem citar uma vez sequer a sigla PT e o nome da presidente. Dessa maneira, estaria se afastando? A terceira hipótese guarda relação com esse afastamento, mas não se trata de um movimento apenas partidário. O Legislativo teria percebido que deve responder à insatisfação política da sociedade com uma postura mais autônoma em relação ao Poder Executivo? Declarações dos dois presidentes, das duas casas nacionais, dão mostras disso. O problema, nesse caso, é acreditar que políticos tão imersos no tradicional jogo relacional entre Legislativo e Executivo teriam mudado a esse ponto, tornando a relação com a Presidência menos pragmática e mais programática.

Diante dessas três situações, e em meio a instante complexo em nossa realidade social e econômica, parece bastante razoável compreendermos o que norteia essa relação de poderes, hoje, no Brasil. Tal questão pode ser replicada nos estados e municípios, e teremos assim a possibilidade de percebermos onde há mais ou menos do-

cilidade e quais as razões para isso. Compreender esse jogo é, sem dúvida alguma, um dos maiores desafios ao amadurecimento político na nação. Isso porque de posse desse conteúdo os cidadãos poderiam adensar o agir político, reforçando a democracia que se pretende consolidar no país.